



SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Coordenação-Geral de Normatização e Programas

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL PORTUÁRIA

Memória do dia 12.08.2010 - 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CPNP NR 29

Manhã: Visita ao Porto de Itaqui - MA

Tarde: Reunião com a comunidade portuária local, no Auditório da SRTE/MA;

Abertura: A Chefe da Fiscalização do Trabalho no MA, Sra. Mônica Duailibe, deu boas vindas aos presentes. Em seguida o AFT Paulo Falcão falou sobre os objetivos da reunião e pontuou a oportunidade de comunidades portuárias de São Luís para se manifestarem sobre as suas condições de trabalho e os riscos de acidentes e doenças.

Coordenador: agradeceu à SRTE/MA os esforços realizados para o sucesso do encontro;

A seguir esclareceu sobre o funcionamento dos trabalhos da CPNP NR 29;

O OGMO/MA, representado pelo Sr. Ricardo Micute, fez uma breve apresentação dos dados específicos da gestão de mão-de-obra portuária avulsa no Maranhão, totalizando 320 TPA, com o número de 11 Acidentes do Trabalho até aquela data de 2010.

Em seguida a AFT Mônica Duailibe informou que a fiscalização portuária seria reativada, uma vez que pouca atenção tem sido dada ao setor.

A bancada dos trabalhadores da CPNP comentou sobre a jornada de 12 horas em dois turnos para os TPAs no porto de Itaqui, e seu potencial de risco para a saúde dos trabalhadores, além de comentar sobre a presença de poeira no ambiente com alguns trabalhadores sem proteção respiratória.

A bancada patronal esclareceu sobre sua participação na dinâmica de elaboração do texto e alterações posteriores e a importância da integração dos trabalhadores nas boas práticas de segurança no trabalho.

Ata da 19ª Reunião Ordinária da CPNP NR 29

Local: Auditório da SRTE-MA

Data: 13.08.2010 **Início:** 8:55 h

1- Leitura da ata da 18ª reunião ordinária realizada em Itajaí/SC, enviada antecipadamente aos presentes para análise, sugestões e correções;

Eduardo Guterra (representante da CNP) solicitou a inclusão da justificativa de sua ausência na 18ª reunião;

A ATA da 18ª reunião foi aprovada por unanimidade;

2- Verificação de quorum: a coordenação procedeu à chamada individual dos participantes, sendo confirmada a presença de representantes em número suficiente para a realização da 19ª Reunião Ordinária; Leitura da carta nº 2201/2010- CNA indicando a Sra. Dayana Pâmela Martins Peixoto para representar a CNA junto à CPNP. A Marinha do Brasil/DPC enviou como substituto do Comandante Paulon, o Engenheiro Químico – Perito, CF Edmar Pochmann de Magalhães;

3- Apreciação da Portaria SIT nº 186 de 01-06-2006 que trata do Regimento Interno das Comissões Nacionais Tripartites Temáticas – CNTT, que no seu Art. 1º, Parágrafo único inclui entre as CNTT as Comissões Permanentes constituídas previamente.

O representante da CNC, Luis Mamari, na oportunidade esclareceu a origem das CNTT e das subcomissões, relatando que da forma como estava com certa independência tais comissões permanentes eram conflitantes entre si. Assim, a Portaria em comento teve como objetivo dar poder à Comissão Tripartite Permanente Paritária – CTPP, da qual participa, para controlar as resoluções das subcomissões, a fim de sanar os conflitos de competências. Ilustrou com o fato das comissões temáticas da área hospitalar (NR 32) e da construção civil (NR 18) terem dado origem a conflitos com as normas estabelecidas. Outro detalhe foi a criação em cada CPN, de regimentos internos que lhes davam poderes em sentido contrário aos indicados pela CTPP, resultando com isso a necessidade de uma uniformização através da Portaria nº 186.

A seguir o coordenador fez a leitura da Portaria nº 186/2010, constante da pauta, sendo debatidos em especial os seguintes artigos:

Artigo 6º Número de convidados por representação nas reuniões

O representante da FNP, Eduardo Guterra, argumentou que seria de fundamental importância que os membros não fossem mudados a cada reunião para não se perder a continuidade dos trabalhos;

O representante da CNT, Milton Ferreira Tito, concordou com a posição laboral, acrescentando ser aceitável substituições em casos isolados e previamente informados ao MTE

Artigo 10º - Houve discordância dos presentes sobre a questão do quorum para as decisões da comissão, pois todos estão de acordo que as decisões devem permanecer por consenso.

4- Informes sobre o III Congresso Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário e Aquaviário

O representante da FUNDACENTRO, Antonio Carlos, informou que a diretoria da FUNDACENTRO decidiu que no corrente ano não seria possível realizar o congresso devido à falta de previsão orçamentária e indicou que fosse programado para o final

de 2011, permanecendo a cidade do Rio de Janeiro como primeira opção para sediar o evento. E Acrescentou que se agendasse uma reunião com a comissão organizadora, para a formalização da parceria tripartite e o planejamento do congresso, com a divisão das responsabilidades e do custo financeiro. A data escolhida foi 28 de outubro na cidade do Rio de Janeiro, na sede do SYNDARMA. A referida comissão foi composta pelos seguintes membros da CPNP: Antônio Carlos Garcia Jr, Milton Ferreira Tito, Luis Mamari, José Adilson e Eduardo Lírio Guterra.

5- Cargas Perigosas – Item 29.6 – análise de sugestões de alteração enviada pela CNEN através do Engenheiro Especialista em transporte de material nuclear e outro materiais radioativos, que trabalha na Divisão de Normas, Sr. Natanael Bruno, sob o tema: Recusas e Demoras no Transporte de Materiais Nucleares/Radioativos (matéria enviada anexa à convocação)

A sugestão foi defendida pela Sra. Ana Célia Sobreira – Gerente Sênior da Empresa REM Indústria e Comércio Ltda., que após os cumprimentos e apresentação agradeceu a oportunidade de participar da reunião e apresentar os problemas que têm ocorrido nos portos brasileiros, de recusa da movimentação de mercadorias da Classe 7. Relatou sobre sua experiência profissional nacional e internacional sobre o tema, expondo as principais repercussões provocadas por tais recusas e o uso de radionuclídeos, principalmente na área médica, ressaltando que o referido material tem vida limitada e que há grande trânsito deste tipo de mercadoria pelos portos do mundo e muitos deles com resistência a aceitação de cargas radioativas. Alertou que seria de fundamental importância o entendimento para a divulgação dos riscos no transporte de materiais radioativos e dos baixos riscos que representam para os trabalhadores portuários que manipulam essas cargas, embaladas e sob rigoroso controle de segurança.

A seguir o coordenador passou a palavra para o também convidado, Sr. Demerval Leônidas Rodrigues, Gerente de Serviço de Radioproteção da CNEN – Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN, que, através de apresentação PPT expôs as características das mercadorias radioativas, métodos de transporte, testes e segurança das embalagens. Ilustrou tecnicamente as questões da segurança no transporte marítimo e em terra, bem como sobre a exigência de que tal carga não possa permanecer em terra no porto, como uma medida desnecessária, pois uma vez tomadas as precauções previstas nos métodos de manipulação e descarga, a operação portuária será totalmente segura. Esclareceu que o transportador e o importador são responsáveis por manter um profissional capacitado em Proteção Radiológica e garantir que todos os procedimentos da norma CNEN 501 sejam seguidos.

Ana Célia (REM) complementou que o principal motivo das recusas é pela percepção equivocada dos riscos dos materiais radioativos, tendo sido criando um verdadeiro estigma nos portos, o que tem prejudicado a área da saúde brasileira pela dificuldade da entrada dessa carga nos portos e até mesmo pelos aeroportos e citou casos recentes como o ocorrido com material destinado à Usina Nuclear de Angra dos Reis.

Após a apresentação foram feitas diversas perguntas e todas respondidas para os membros da comissão.

O Sr. Demerval propôs a realização de treinamentos em todos os portos do Brasil sobre os riscos das mercadorias Classe 7 e sobre os procedimentos de segurança em sua manipulação.

Com a palavra o Sr. Milton Tito argumentou no sentido de que a CNEN e a ANTAQ unissem suas propostas sobre manipulação das cargas perigosas, a fim de que se economizassem esforços na obtenção de um padrão de segurança, insistindo na necessidade da questão não ser tratada isoladamente.

Eduardo Guterra manifestou seu entendimento de que o caso não poderia ser resolvido no tempo necessário, uma vez que o assunto estaria afeto a instâncias administrativas e não técnicas.

Finalizando o debate, ficou decidido que após o acompanhamento de uma operação portuária com cargas da Classe 7, que seria programada para um terminal portuário em Santos/SP, a ser previamente comunicada à CPNP, nova proposta de alteração do subitem específico da NR 29, seria enviada pela CNEN para apreciação na 20ª Reunião Ordinária;. A representante do MTE/DSST, Sra. Rosângela Mendes Silva, ficou responsável pela comunicação à coordenação da CPNP, da data e local onde a operação portuária em questão deverá ocorrer.

5- Apresentação da ANTAQ sobre o projeto sobre cargas perigosas e alterações encaminhadas pela bancada patronal

Com a palavra o representante do MT Sr. Armando Ribeiro Moreira lembrou que o comparecimento na audiência pública sobre a norma da ANTAQ é de fundamental importância para se oferecer proposições. E que o Ministério dos Transportes tem uma secretaria específica que trata do assunto apresentado pela ANTAQ, estando ambas envolvidas no tema, e nos casos em que se propõe criar legislação, a matéria é levada à Presidência da República.

O Sr. Ricardo Freire, representante da ANTAQ, informou que a ANTT já possui a Resolução nº 420 e que a ANTAQ como órgão regulador quer harmonizar as normas do modal terrestre com o aquaviário.

6- Apresentação da estatística de acidentes do trabalho portuário

Apesar dos esforços feitos pela coordenação da CPNP, a fim de conseguir informações sobre acidentes do trabalho portuário junto às CORITIPAs, os dados recebidos não foram suficientes para se ter um panorama acidentário. Os dados foram apresentados pelo representante da FUNDACENTRO, Antonio Carlos, que apontou as principais ocorrências e a baixa qualidade da estatística devido à falta de informações sobre as taxas de frequência e de gravidade dos acidentes. A seguir apresentou a forma como o OGMO/ES faz seu relatório mensal e como essas informações são importantes para o acompanhamento da evolução dos programas de prevenção de acidentes.

O Sr. Milton Tito, representante da CNT, propôs que o modelo utilizado pelo OGMO/ES fosse inserido como modelo na NR 29 para os demais portos, e o seu envio à CPNP obrigatório, a fim de que esses elementos, uma vez consolidados, ficassem disponibilizados. Eduardo Guterra, da FNP, relatou o permanente conflito entre o INSS e o serviço de medicina do OGMO, sobre o fato da perícia do INSS dizer que o trabalhador estaria apto para o trabalho e o OGMO afirmar de modo contrário, alegando que o TPA ficaria sem trabalho e sem renda.

Josué King relatou a experiência no ES para lidar com o problema que tem sido de pressionar o INSS com o auxílio de Assistentes Sociais para que o TPA não seja prejudicado. Aduziu que o sindicato que representa, possui seguro de acidente que

auxilia o trabalhador e, neste aspecto o INSS tem ido ao sindicato pra resolver os problemas previdenciários.

7 - Assuntos Gerais

A coordenação solicita que todos verifiquem se há pendências a serem sanadas nas atas anteriores.

Mantido em 30 dias o prazo para envio de material a ser discutido nas reuniões ordinárias;

Próxima reunião ordinária foi agendada para os dias 25 a 26 de novembro de 2010, em Vitória - ES.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada por mim, a presente ata.

JOSÉ EMILIO MAGRO

Coordenador da CPNP NR 29